

# **AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS EM ONGS: DISCUTINDO ASPECTOS CONCEITUAIS E LEVANTANDO ALGUMAS ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS SOBRE AVALIAÇÃO DE IMPACTO**

**Amanda Farias Arruda Campêlo<sup>1</sup>**

**e-mail:** amanda.farias@fafica.com

## **Resumo**

A avaliação de programas sociais consiste um importante instrumento estratégico que proporciona informações substantivas sobre as mudanças provocadas no cenário social. No entanto, esse campo, já consolidado em outros países, tem recebido pouca atenção de estudiosos no Brasil, principalmente quando se trata da avaliação de programas implementados por organizações não-governamentais (ONGs). Considerando a dificuldade e necessidade das ONGs em avaliar seus programas, com o intuito principal de conhecer o impacto de sua intervenção, e a importância da ampliação do estudo e da prática da avaliação no Brasil, este artigo apresenta uma discussão conceitual sobre avaliação de programas sociais, bem como, traz algumas considerações metodológicas específicas sobre avaliação de impacto.

**Palavras-chaves:** Avaliação de impacto. Avaliação de programas sociais. Organizações não-governamentais (ONGs).

## **Abstract**

The social programs assessment is an important strategic instrument that provides substantive information about the changes happened in the social context. However, this field, already consolidated in other countries, has received little attention from studios in Brazil, mainly, when it is about programs assessment implemented by Non Governmental Organizations (NGOs). Considering the difficulty and necessity of the NGOs in assessing their programs, that the main intention is to know the impact of its intervention, and the importance of extending the assessment study and practice in Brazil, this article presents a conceptual discussion about social programs assessment and brings some specifcs methodological considerations about impact assessment.

**Keys words:** Impact Assessment (IA). Non governmental organizations (NGOs). Social impact assessment. Social programs assessment.

---

<sup>1</sup> Mestre em Administração e Bacharel em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco

Diante do cenário histórico de diversos problemas sociais, inclusive a miséria e a fome, a sociedade tem atuado na busca de alternativas que solucionem ou, ao menos, minimizem essas questões. As comunidades vêm se mobilizando, tanto para cobrar ações do Poder Público como para desenvolver e implementar suas próprias alternativas.

Nos anos 50 e 70, nasceram organizações periféricas e marginais à conjuntura política vigente. A expansão do sindicalismo e a oposição à ditadura fortaleceram a idéia de organização comunitária. Nos anos 80 e 90, consolidou-se o conceito de ONGs, essas organizações ganharam uma imensa legitimidade e deixaram de ser oposição ao sistema, para tornarem-se parceiras na execução de políticas públicas. (VOIGT, 2002)

A ampliação da visibilidade de seus trabalhos vem gerando às ONGs uma crescente pressão para que demonstrem as mudanças provocadas no cenário social em decorrência de suas intervenções (ROCHE, 2002). Demonstrar essas mudanças, portanto, vem sendo um grande desafio.

A avaliação de suas ações e do impacto decorrente consiste num instrumento capaz de proporcionar a compreensão das efetivas modificações provocadas no panorama social. É importante, sem dúvida, que se tenha conhecimento dessas mudanças, visto que, mesmo originadas com as melhores intenções, determinadas medidas e ações podem gerar impacto imprevisto e, até mesmo, indesejável.

Os modelos tradicionalmente utilizados para avaliar programas sociais, seja de entes governamentais, seja de ONGs, vêm sofrendo fortes críticas, principalmente pelo baixo grau de relevância e de utilidade das informações geradas, que, normalmente, não respondem satisfatoriamente às necessidades dos agentes sociais envolvidos. A avaliação deve gerar informações não apenas quanto aos insumos utilizados, ao custo, à eficiência e eficácia dos programas sociais, mas também, e principalmente, quanto a informações referentes às verdadeiras mudanças provocadas pela intervenção, ou seja, informações quanto à sua efetividade e seu impacto.

Carvalho (2001, p. 88) afirma que “é preciso uma concepção totalizante da avaliação que busque apreender a ação desde a sua formulação, implementação, execução, resultados e impactos”. Destaca ainda que a avaliação para atingir essa “concepção totalizante” precisa captar a “multidimensionalidade” sinalizada pelas especificidades do quadro social. Isto é, na avaliação, deve-se analisar o contexto na sua diversidade de dimensões uma vez que o desenvolvimento e as mudanças nunca são produtos isolados de uma determinada intervenção.

Nesse sentido, Roche (2002), referindo-se à avaliação de impacto, levanta sua preocupação com dois problemas, que considera centrais:

- a) agregação – como, então, sintetizar e sumarizar todas as informações relevantes?
- b) atribuição – como descobrir até que ponto as mudanças observadas resultaram de suas ações?

Assim, já é possível perceber que desenvolver uma avaliação concebida em um modelo não convencional, mais abrangente – que busque identificar o impacto da intervenção e seu contexto – não se trata de algo elementar. As dificuldades inerentes à avaliação de

impacto, para alguns, fazem aumentar a frequência de outros tipos de avaliação,<sup>2</sup> por exemplo, a avaliação de processo (CANO, 2002).

Riddell et al. (1997), estudando o impacto do trabalho realizado por ONGs – em que revisou relatórios cobrindo 240 projetos em 26 países –, concluiu que o verdadeiro impacto do trabalho das ONGs era pouco claro e havia pouco consenso quanto às ferramentas e aos métodos apropriados para sua determinação.

A falta de consenso, tanto em aspectos conceituais como em aspectos metodológicos, vem acompanhada no Brasil de outro fator agravante: a escassez de textos em língua portuguesa sobre a avaliação de programas sociais (CANO, 2002). Essa escassez de publicações brasileiras demonstra, portanto, que se trata de teoria e prática ainda pouco disseminadas. Assim, tal fato corresponde a mais um obstáculo enfrentado pelas ONGs para o uso de uma ferramenta estratégica importante, geradora de informações substantivas, que podem incrementar a atuação de seus programas sociais melhorando a qualidade da intervenção e, principalmente, do impacto por elas produzido.

Deste modo, através de uma revisão teórica sobre essa temática, esse artigo apresenta, a seguir, uma discussão sobre alguns aspectos conceituais referentes a avaliação de programas sociais e a tipologia existente, bem como, trás algumas considerações metodológicas acerca da avaliação de impacto. Esse artigo, assim, tem o intuito de contribuir para o debate e evolução desse tema na perspectiva da ampliação de sua aplicabilidade.

## **AVALIAÇÃO: DISCUTINDO ASPECTOS CONCEITUAIS**

No sentido lato, avaliar consiste em emitir um juízo de valor sobre “algo” – objeto, situação ou processo –, baseando-se em determinados critérios de valor. A ação de avaliar consiste uma prática freqüente no cotidiano de muitas pessoas. Várias decisões pessoais e profissionais são tomadas com base em avaliações espontâneas, informais. No entanto, nem sempre a “avaliação informal” é suficiente, principalmente quando se pretende maior grau de objetividade, de precisão e de fundamento da avaliação quanto ao julgamento realizado. Nesse caso, deve-se recorrer à avaliação em sentido estrito: a “avaliação sistemática”. (AGUILAR; ANDER-EGG, 1994)

Segundo esses autores, a principal diferença entre a “avaliação informal” e a “avaliação sistemática” não está nos seus propósitos, e sim nos métodos utilizados, visto que a avaliação denominada pelos autores de “sistemática” trata-se da pesquisa avaliativa, que se baseia no uso do método científico.

A avaliação de programas sociais consiste em uma pesquisa avaliativa, ou seja, baseia-se no uso do método científico, e tem como objeto de estudo programas sociais implementados por entes governamentais e não-governamentais.

Essa avaliação surgiu inicialmente na área da Educação, quando, pela primeira vez em 1932, um estudo de Ralph Tyler, professor da Ohio State University, buscou ir além das tradicionais avaliações de desempenho de alunos a fim de medir a qualidade do ensino mediante uma nova concepção de avaliação. Em 1960, a avaliação de programas sociais desenvolveu-se como disciplina e como profissão, inclusive com a criação de associações profissionais de avaliadores. Muitos países estabeleceram, como exigência legal, que todo programa público de certa dimensão fosse submetido a avaliação. Tal fato redundou em grande impulso à área, que conta com associações de avaliadores nos Estados Unidos,

---

<sup>2</sup> A tipologia das avaliações será abordada na seção que trata sobre a multiplicidade da avaliação.

Canadá, Europa, Australásia e América Central. Infelizmente, a América do Sul ainda não dispõe de nenhuma (CANO, 2002).

A maior parte da escassa literatura que trata desse tema em língua portuguesa direciona-se, principalmente, para a avaliação de programas governamentais, sendo muitos da área de Educação.

O termo “programas sociais” é freqüentemente empregado para tratar da intervenção governamental. Não obstante, com bem menos freqüência, utiliza-se esse termo para tratar da intervenção de ONGs. Com base no conceito apresentado por Cano (2002),<sup>3</sup> emprega-se, neste artigo, o aludido termo para referir-se a intervenções implementadas, seja por ONGs, seja por entes governamentais.

Aguilar e Ander-Egg (1994), quando definem avaliação de programas sociais, incluem na definição os principais traços característicos desse processo. Para melhor entendimento dessa definição, vale, inicialmente, partir da compreensão da importância de seus principais componentes, como detalham os autores:

- a) processo sistemático – consiste no estabelecimento dos procedimentos e estratégia, baseados nas exigências do método científico, visando ao claro direcionamento dos objetivos e atividades que envolverão a avaliação;
- b) validade e confiabilidade – durante o processo de coleta e sistematização dos dados, é necessário o cumprimento de determinados requisitos de validade e confiabilidade, tendo em vista maior precisão da avaliação. Tal preocupação deve estar presente desde o processo de escolha e delineamento da metodologia e das técnicas de coleta de dados;
- c) informações suficientes e relevantes – é indispensável o cuidado com as informações colhidas, tanto quanto a sua relevância (pertinência) como sua suficiência, tendo em vista a realização de uma valoração ou um julgamento adequadamente fundamentado;
- d) fase do programa – a avaliação pode ser desenvolvida em diversas fases do programa: diagnóstico, programação, execução e, até mesmo, após a conclusão do programa;
- e) tomada de decisão – o sentido principal de se realizar uma avaliação consiste no fato de que ela seja útil a uma determinada tomada de decisão, seja para a melhoria da ação desenvolvida, seja para a melhoria de ações futuras.

Assim, com base nessas considerações, Aguilar e Ander-Egg (1994, p. 31-32) apresentam a seguinte definição:

A avaliação é uma forma de pesquisa social aplicada, sistemática, planejada e dirigida; destinada a identificar, obter e proporcionar de maneira válida e confiável dados e informações suficientes e relevantes para apoiar um juízo sobre o mérito e o valor de diferentes componentes de um programa (tanto na fase de diagnóstico, programação e execução) ou de um conjunto de atividades específicas que se realizam, foram realizadas ou se realizarão, com o propósito de produzir efeitos e resultados concretos; comprovando a extensão e o grau em que se deram estas conquistas, de tal forma que sirva

---

<sup>3</sup> Segundo Cano (2002), programas sociais são “intervenções sistemáticas, planejadas com o objetivo de atingir uma mudança na realidade social”.

de base ou para a tomada de decisões racional e inteligente entre cursos de ação, ou para solucionar problemas e promover o conhecimento e a compreensão dos fatores associados ao êxito ou fracasso de seus resultados.

Para Belloni, Magalhães e Sousa (2001, p. 15), avaliar consiste num “processo sistemático de análise de uma atividade, fatos ou coisas que permite compreender, de forma contextualizada, todas as suas dimensões e implicações, com vistas a estimular seu aperfeiçoamento” [grifos nossos]. Essa definição é mais concisa, ressalta o processo sistemático e o uso da avaliação para a tomada de decisão, mas, sobretudo, destaca a importância da contextualização do programa ou de suas atividades para que a avaliação possa atingir, com êxito, seus objetivos. Contudo, os autores, ao pretenderem que uma avaliação abranja “todas” as dimensões e implicações do seu objeto, podem estar levantando uma postura que inviabiliza a realização de avaliações, uma vez que é importante que sejam consideradas as dimensões e implicações relevantes e suficientes para atingir os objetivos da avaliação, e não necessariamente “todas”, como mencionado anteriormente.

Costa e Castanhar (1998, p. 2) apresentam o seguinte conceito de avaliação utilizado pela Unicef:<sup>4</sup>

Trata-se do exame sistemático e objetivo de um projeto ou programa, finalizado ou em curso, que contemple o seu desenho, implementação e resultados, com vistas à determinação de sua eficiência, efetividade, impacto e sustentabilidade e a relevância de seus objetivos.

Nesse conceito afirma-se que a avaliação deve determinar eficiência, efetividade, impacto e sustentabilidade do programa, bem como a relevância de seus objetivos. Contudo, é importante salientar que tais determinações podem ser realizadas por processos distintos de avaliação, ou seja, não necessariamente deve haver um processo avaliativo único e abrangente. Na seção a seguir, apresentam-se diferentes “tipos” de avaliação.

## **COMPREENDENDO A MULTIPLICIDADE DA AVALIAÇÃO**

Diferentes autores agrupam os “tipos” de avaliação considerando óticas e critérios distintos. Não há consenso quanto a uma tipologia ou classificação da avaliação. Há, muitas vezes, entendimentos bastante diferenciados, o que gera dificuldade na sumarização e até mesmo na compreensão mais ampla dessa “multiplicidade” da avaliação.

Apresenta-se abaixo a classificação dada por alguns autores.

Para Cohen e Franco (2002), a avaliação pode ser agrupada principalmente em função:

---

<sup>4</sup> Fundo das Nações Unidas para a Infância.

- a) do momento em que se realiza e dos objetivos que perseguem;
  - a.1 avaliação *ex-ante* – realizada antes da implementação do projeto, tem como objetivo responder à seguinte questão: o projeto deve ou não ser implementado?
  - a.2 avaliação *ex-post* – pode ser:
    - a) avaliação de processos – realizada durante a implementação, tem como objetivo medir a eficiência de operação do projeto para realizar correções e adequações caso necessárias;
    - b) avaliação de impacto – realizada após a conclusão do projeto, objetiva medir se o projeto atingiu seus objetivos, bem como identificar os efeitos (previstos e não previstos) provocados pela intervenção.
- b) quem realiza a avaliação:
  - b.1 avaliação externa – é realizada por pessoas alheias à organização-agente;
  - b.2 avaliação interna – é realizada dentro da organização gestora do projeto;
  - b.3 avaliação mista – procura combinar avaliadores externos e pessoas da organização-agente;
  - b.4 avaliação participativa – inclui a participação ativa dos beneficiários no processo avaliativo.

Aguilar e Ander-Egg (1994), quando agrupam a avaliação segundo o momento, o ciclo do programa classificam-na da seguinte forma:

- a) avaliação antes (ou *ex-ante*);
- b) avaliação durante (ou avaliação da gestão);
- c) avaliação *ex-post*.

Para esses autores, tanto a avaliação durante como a avaliação *ex-post* têm dupla finalidade: a) avaliar o ganho dos resultados gerais em termos de eficiência, produtos, efeitos e impactos; b) adquirir conhecimento e experiências para programas futuros.

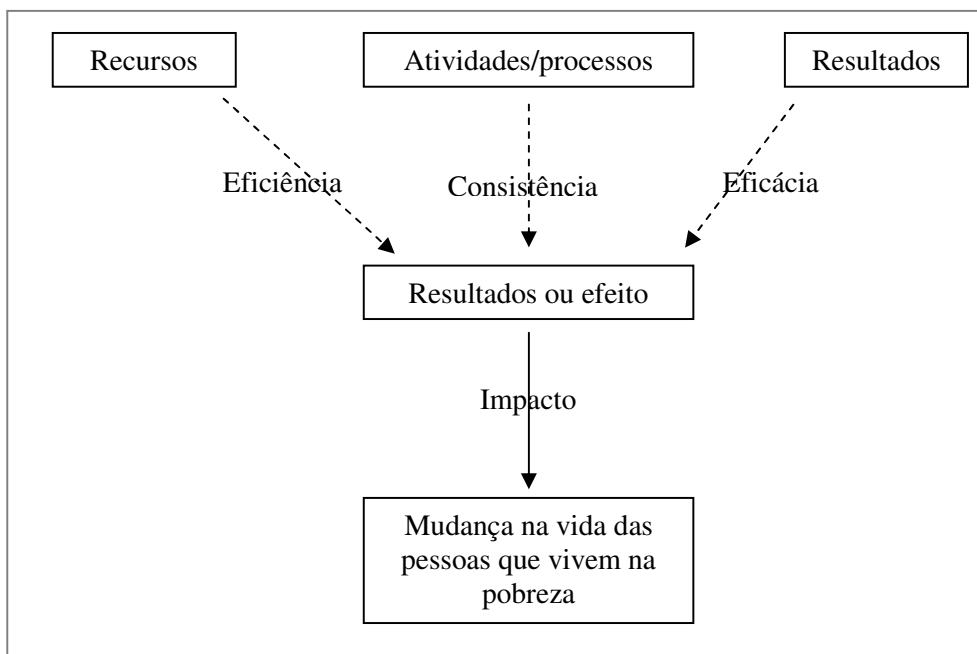


Figura 1 – Como distinguir entre eficiência, eficácia, consistência e impacto  
 Fonte: Roche, 2002, p. 39, baseado em Paul Willot, 1985

A Figura 1 apresenta a distinção entre eficiência, eficácia, consistência e impacto, dada por Roche (2002). Em síntese, observa-se na figura que:

- a) a eficiência refere-se à relação dos recursos utilizados nos programas (*inputs*) com os resultados alcançados (*outcomes*);
- b) a consistência refere-se à relação das atividades e processos existentes nos programas com os resultados alcançados (*outcomes*);
- c) a eficácia consiste na relação dos resultados “produtos” gerados pelos programas (*outputs*) com os resultados alcançados (*outcomes*);
- d) o impacto consiste na relação dos resultados alcançados e efeitos produzidos (*outcomes*) com a mudança na vida das pessoas.

Existem, ainda, diversas formas de classificação de avaliação, que se diferenciam entre vários autores, mas não serão detalhadas neste artigo.

A revisão teórica levantada sobre essa temática reflete a falta de consenso conceitual existente no campo da avaliação de programas sociais, dando lugar ao que Costa e Castanhar (1998) denominam de “um autêntico emaranhado conceitual”, que, para eles, representa um obstáculo ao uso mais freqüente dessa ferramenta gerencial.

## A AVALIAÇÃO DE IMPACTO

Entre os “tipos” de avaliação apresentados na seção anterior, há a avaliação de impacto, que tem como escopo o conhecimento acerca das mudanças ocasionadas na vida das pessoas em decorrência da intervenção de programas sociais. Esse “tipo” de avaliação representa um avanço, porque torna disponíveis informações sobre o que está além dos resultados alcançados pelo programa. Hulme (1997) destaca que os estudos de avaliação de impacto vêm se tornando mais populares para as agências financiadoras, uma vez que vem ocorrendo nas avaliações um maior enfoque nos efeitos (*outcomes*) e impacto das intervenções do que nas entradas (*inputs*) e saídas (*outputs*). Conseqüentemente, surgem pressões para que os programas financiados por essas agências sejam avaliados na perspectiva da avaliação de impacto.

Diante da falta de consenso conceitual, citada anteriormente, para melhor entendimento do impacto de uma intervenção social, é necessária a compreensão da cadeia de impacto e de seus componentes, apresentados na Figura 2.

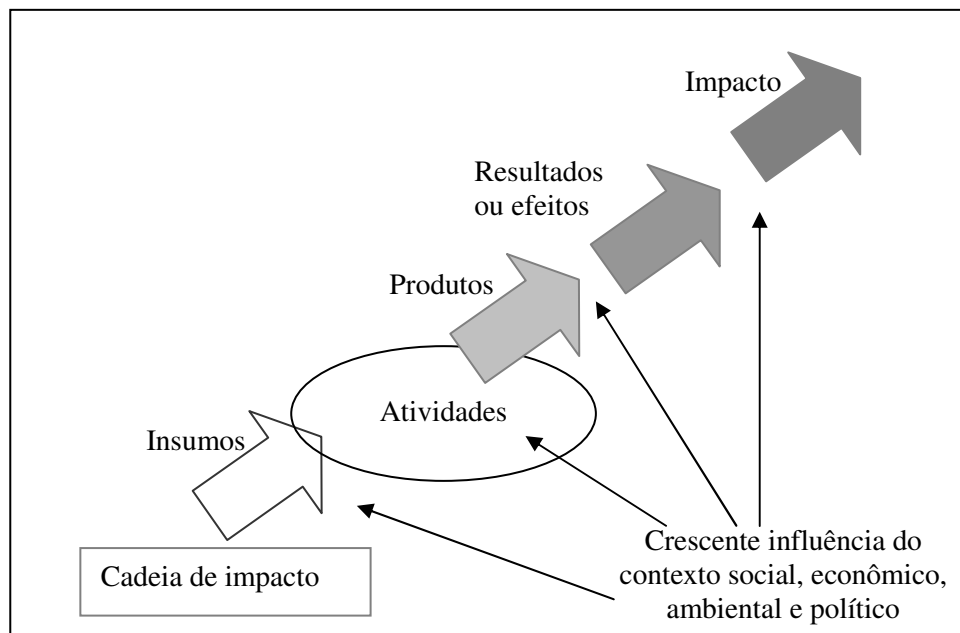


Figura 2 – Cadeia de impacto e a importância do contexto  
Fonte: Roche, 2002, p. 43 com adaptação

Em síntese, observa-se na figura que:

- os insumos (*inputs*) iniciam a cadeia; podem ser materiais, financeiros, humanos, etc. e devem ser disponibilizados em quantidade e qualidade adequadas às atividades e ações a serem realizadas;
- a implementação do programa relaciona-se com as atividades e ações realizadas, que devem ser coerentes com o propósito almejado;
- dessa implementação, são gerados “produtos”, que normalmente não correspondem a bens materiais, e sim a serviços prestados; os “produtos” (*outputs*) esperados são mensurados em metas a ser atingidas;

- d) as metas estabelecidas estão relacionadas com os propósitos, objetivos da intervenção, que, se atingidos, representam os resultados (*outcomes*) da intervenção;
- e) o impacto, por sua vez, representa as mudanças provocadas pelos resultados da intervenção; nota-se, assim, que cada componente influencia o seguinte, que tem por fim a mudança na vida das pessoas: o impacto.

Roche (2002, p.37) define impacto como “mudanças duradouras ou significativas – positivas ou negativas, planejadas ou não – nas vidas das pessoas e ocasionadas por determinada ação ou série de ações”. O impacto, portanto, é avaliado ao se analisar até onde o resultado de uma intervenção conduziram às mudanças, seja na vida daqueles que se pretendia beneficiar, seja na vida de outros que não estavam envolvidos diretamente no programa.

Na Figura 2, destaca-se, ainda, o contexto como um importante agente na cadeia, influenciando desde a disponibilidade dos insumos até o impacto. Com isso, nota-se que as mudanças não ocorrem como um produto isolado da intervenção de um determinado programa. É importante, portanto, a compreensão do contexto para avaliar essas mudanças.

A Figura 3 mostra essa relação em que as ações e o contexto se combinam para produzir as mudanças. De acordo com Roche (2002, p. 42), “o grau até onde o contexto de um projeto influencia a mudança aumentará quanto mais elevarmos na cadeia de impacto”.

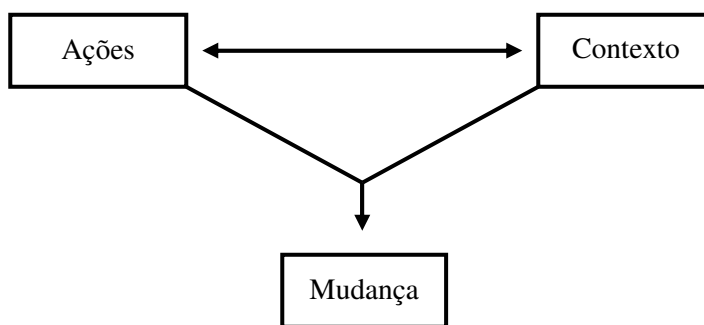


Figura 3 – Ações e contexto se combinam para produzir mudança  
Fonte: Roche (2002, p. 40)

Vale salientar que a compreensão do contexto não se refere apenas aos aspectos sociais, mas também aos aspectos econômicos, políticos, históricos, ambientais, entre outros.

Segundo Carvalho (2001, p. 89), “a avaliação precisa captar a multidimensionalidade sinalizada pelas especificidades do social”.

Na análise do contexto, bem como nas outras fases do processo avaliativo, deve-se reconhecer, com humildade, a contradição, que é uma característica fundamental do real uma vez que este se apresenta multifacetado e exige um esforço de abrangência para seu conhecimento (RIOS, 2001).

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

O processo de delineamento da avaliação de impacto, segundo Cano (2002), consiste no momento mais peculiar da pesquisa. Roche (2002), com o intuito de orientar sobre esse processo, apresenta suas principais etapas, relacionadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Etapas do delineamento de uma avaliação de impacto

ETAPAS PREPARATÓRIAS
Definição do objetivo da avaliação de impacto
Modelos de mudança (suposições): o que mudou e por quê
Definição das áreas de mudança e dos indicadores que devem ser avaliados
Definição das unidades de mudança
Identificação das informações existentes
Definição dos envolvidos na avaliação
Definição da equipe de avaliação
Definição de questões de treinamento e apoio
Amostragem
Definição do tempo da avaliação
Definição de estratégias para lidar com a atribuição
Definição do uso da checagem com referência cruzada
Definição das ferramentas e técnicas de coleta de dados

Fonte: Autoria própria, com base em Roche (2002)

### Objetivo da avaliação de impacto

Conforme mencionado anteriormente, a avaliação de impacto *ex-ante* tem como objetivo identificar antecipadamente o impacto que se espera obter com determinado programa e, com isso, responder ao seguinte questionamento: o programa deve ou não ser implementado? Já a avaliação de impacto *ex-post*, que é realizada durante a implementação do programa ou após sua conclusão, em geral tem como finalidade demonstrar o impacto ocorrido e melhorar as práticas futuras.

Contudo, Roche (2002) alerta que pode haver tensões quanto ao entendimento desses objetivos quando diferentes grupos estão envolvidos no processo com interesses distintos. Portanto, o esclarecimento das expectativas e do que diferentes grupos participantes do processo avaliativo interpretam como impacto podem auxiliar a criar a compreensão partilhada do processo, proporcionando empenho no sentido convergente para atingir os objetivos da avaliação.

## Modelo de mudança

As suposições que levam a uma intervenção social devem ser explicitadas tendo em vista a definição de um modelo de mudança que indique “o que” e “por que” mudou. A definição desse modelo é um importante guia para o direcionamento da avaliação de impacto a algumas supostas mudanças.

As mudanças ocasionadas pelas intervenções, muitas vezes, são vistas pelo planejamento como fenômenos lineares, ou seja, uma ação “A” conduz a um resultado “B”, que gera um efeito ou impacto esperado “C”. Todavia, o modelo não-linear parece melhor explicar as mudanças provocadas pelas intervenções uma vez que reconhecem uma possível influência de “B” sobre “A”, bem como um efeito ou impacto inesperado “E”, conforme demonstram as Figuras 4 e 5.

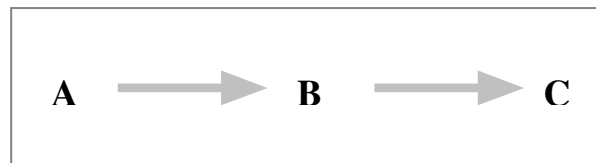


Figura 4 – Modelo de mudança linear  
Fonte: Roche (2002, p. 40)

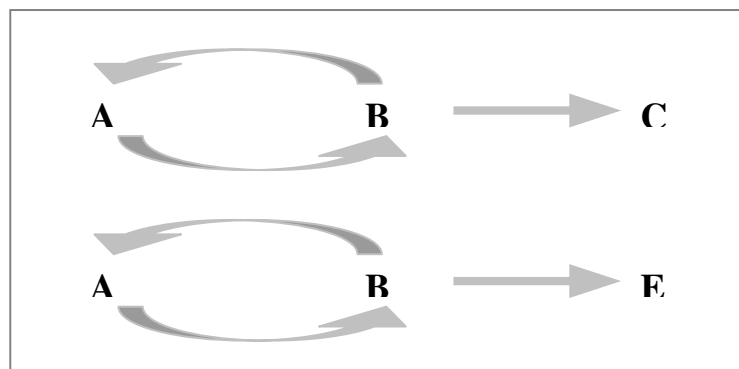


Figura 5 – Modelos de mudança não-linear  
Fonte: Roche (2002, p. 41)

## Lidando com a atribuição

O problema da atribuição é inerente à avaliação de impacto uma vez que se preocupa com a identificação da causalidade das mudanças, ou seja, é importante identificar se uma determinada mudança pode ser considerada como impacto de certa intervenção.

Visando minimizar a questão da atribuição, Roche (2002) sugere que, na avaliação, se utilizem grupos de controle; entrevistas com não-integrantes do projeto; dados secundários e entrevistas com outros informantes-chave tentando identificar “efeitos de interferência”.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Fatores que revelam por que o impacto de um programa em uma comunidade variou em relação a outra.

## **Unidades de avaliação**

É necessário determinar quais são as unidades-chave que se pretende avaliar, ou seja, deve-se definir se será avaliada a mudança nos indivíduos, nas comunidades, nas organizações ou em todos eles. Essa decisão depende do tipo de programa em questão e do tipo de impacto a ser avaliado.

## **Equipe de avaliação**

A composição da equipe de avaliação de impacto é uma questão polêmica, tendo em vista as vantagens e desvantagens da avaliação ser realizada por sujeitos externos ou internos ao programa. Alguns autores consideram importante a participação de pessoas ligadas ao programa; outros acreditam que o sucesso da avaliação relaciona-se com o fato de ser realizada por pessoas externas ao programa.

Para Arretche (2001), por exemplo, a avaliação deve ser realizada por instituições independentes da gestora do programa; considera que, assim, há maiores condições e incentivos para, com base em critérios explícitos e objetivos definidos, montar instrumentos adequados para responder à questão da relação entre as políticas, seus processos e resultados. No entanto, para Belloni, Magalhães e Sousa (2001) a forma mais apropriada parece ser uma combinação, ou seja, uma estratégia de desenvolver uma avaliação externa e independente sobre uma avaliação interna, incorporando os achados deste processo.

## **Checagem de referência cruzada**

O julgamento inerente à avaliação traz consigo a contradição. Desse modo, é importante que o processo avaliativo disponibilize mecanismos para expor as tendências, os interesses específicos e as relações de poder, visando explicitar os diferentes pontos de vista da grande variedade de pessoas. Tais mecanismos devem comparar as informações advindas de diferentes fontes.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Falar sobre avaliação de programas sociais, convencer as pessoas de sua importância não parece ser tarefa difícil. Conhecer o impacto de intervenções sociais parece algo lógico e necessário diante dos esforços e recursos empreendidos para mudar uma realidade social, em que, muitas vezes, pouco se conhece sobre as efetivas mudanças ocasionadas.

Contudo, quando se trata de operacionalizar essa avaliação... surgem normalmente dúvidas, receios, insegurança, curiosidade, principalmente naqueles que desconhecem esse instrumento na prática. Pode-se dizer que gera-se um “impacto” nessas pessoas.

Entende-se, portanto, que esse “impacto” é causado pelo escasso referencial teórico disponível em Língua Portuguesa; a incipiente prática desse tipo de avaliação no Brasil, principalmente no campo das ONGs, pelo mito da avaliação como um instrumento meramente fiscalizador, e ainda pela complexidade inerente ao processo avaliativo.

A avaliação de impacto entendida na completude de seus propósitos apresenta-se como um instrumento de alta complexidade. Sua operacionalização passa também pela capacidade de identificar as dimensões existentes no contexto a ser avaliado. Será que a perspectiva da completude deve ser considerada fundamental para esse processo?

Compreendendo-se a necessidade de se ampliar e de consolidar a realização e a utilização da avaliação de impacto de programas sociais no Brasil, observa-se portanto a importância de se desmistificar esse processo avaliativo para que sejam reconhecidas suas limitações operacionais; principalmente, que seja reconhecido como um processo uma vez que etapas devem ser cumpridas e o ciclo avaliativo deve ser mantido para possibilitar os avanços.

Assim, entende-se que avanços poderão ser dados, ao passo que, com humildade, se reconheçam os esforços empreendidos e as limitações identificadas, e seja incorporada a dinâmica da avaliação.

## **Referências Bibliográficas**

AGUILAR, Maria José; ANDER-EGG, Ezequiel. **Avaliação de serviços e programas sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.

ARRETCHE, Marta T. S. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth M. Et al. (Org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de; SOUSA, Luzia Costa de. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CANO, Ignacio. **Introdução à avaliação de programas sociais**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. Avaliação participativa: uma escolha metodológica. In: RICO, Elizabeth M. et al. (Org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. 5. ed. Petrópolis, Vozes, 2002.

COSTA, Frederico L. C.; CASTANHAR, José Cezar. Avaliação social de projetos: limitações e possibilidades. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 22., 1998, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: ANPAD, 1998. 1 CD-ROM.

HULME, David. **Impact assessment methodologies for microfinance: a review**. Paper prepared for the Virtual Meeting of the CGAP Working Group. 1997. Disponível em: <[www.idpm.man.ac.uk/publications](http://www.idpm.man.ac.uk/publications)>. Acesso em: 15 mar. 2003.

RIOS, Terezinha Azeredo. Avaliar: ver mais claro para caminhar mais longe. In: RICO, Elizabeth M. et al. (Org.). **Avaliação de políticas sociais**: uma questão em debate. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

RIDDELL, R. et al. **Searching for impact and methods**: NGO evaluation synthesis study. [S. l.]: OECD, 1997. Disponível em: <[www.valt.helsinki.fi/ids/ngo](http://www.valt.helsinki.fi/ids/ngo)>. Acesso em: 20 mar. 2004.

ROCHE, Chris. **Avaliação de impacto dos trabalhos de ONGs**: aprendendo a valorizar as mudanças. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

VOIGT, Léo. Afinal, o que é uma ONG? In: **ONG**: identidade em mutação. 3. ed. São Paulo: CENPEC, 2002.